

O papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios na enunciação e na metaenunciação da criança

Carmem Luci da Costa Silva*
Elisa Marchioro Stumpf**

Resumo

O presente estudo apresenta uma reflexão enunciativa sobre a aquisição da linguagem com base em Benveniste (1989, 1995), Silva (2009) e Stumpf (2010). Mais especificamente, fazemos uma leitura do texto “O aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, 1970/1989), dando relevo aos aspectos da enunciação e a sua relação de interdependência com o quadro figurativo. A partir disso, voltamo-nos para o estudo da aquisição da linguagem, procurando explicar como a criança se apropria da língua e emprega índices específicos e procedimentos acessórios nas suas enunciações e metaenunciações. Concluímos que uma análise empreendida permite explicar como a criança movimenta-se na estrutura enunciativa, valendo-se, por um lado, dos índices específicos para se marcar no discurso e, por outro, dos procedimentos acessórios para ocupar seu lugar em relação ao seu alocutário.

Palavras-chave: Aquisição da linguagem. Enunciação. Metaenunciação. Índices específicos. Procedimentos acessórios.

Palavras iniciais: situando a reflexão enunciativa

A reflexão sobre o fenômeno aquisição da linguagem apresentada neste texto é tributária da leitura realizada das obras *Problemas de linguística geral I* e *Problemas de linguística geral II*¹ de Émile Benveniste. Partiremos dos pontos principais dos aspectos da enun-

* Doutora em Estudos da Linguagem. Professora do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos da Linguagem. Pesquisadora dos campos de enunciação, de aquisição da linguagem e de texto. E-mail: clcostasilva@hotmail.com

** Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciada em Letras – Português/Inglês (UCS). Atualmente é bolsista Fulbright e está vinculada à California State University, Chico (EUA), onde é professora de português. Pesquisa as seguintes áreas: aquisição de língua materna, ensino e aprendizagem de línguas adicionais e linguística. E-mail: elisa.stumpf@gmail.com

ciação desenvolvidos no célebre texto “O aparelho formal da enunciação”.

É nesse texto que encontramos as definições de enunciação de Émile Benveniste que podem ser consideradas as mais difundidas no Brasil. Essas definições relacionam o “*ato de utilização da língua por um locutor*” com a “*apropriação da língua por um locutor*” e aparecem nas seguintes passagens de sua obra: 1) a enunciação é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 82); 2) “Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir em relação à língua como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, op. cit., p. 84). Nessas definições, vemos que *língua, ato, apropriação e locutor* são termos-chave, por isso, necessários à reflexão que aqui propomos. Acrescente-se a isso o fato de que essas definições encaminham o mestre enunciativo a delinear os aspectos da enunciação.

As noções de enunciação apresentadas em “O aparelho formal da enunciação” contemplam um locutor que já está constituído em sua língua materna. A nossa inquietação (SILVA, 2007, 2009; STUMPF, 2010, 2011) relaciona-se à busca de explicação do modo de apropriação de um aparelho formal da língua por um locutor que ainda está constituindo esse aparelho de sua língua materna.

As questões que ora nos instigam são as seguintes: 1) Quais os índices específicos e quais os procedimentos acessórios mobilizados pela criança em suas enunciações no ato de aquisição da linguagem? 2) Como a criança os mobiliza em suas enunciações no ato de aquisição da linguagem? 3) Qual o papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios quando a criança faz um movimento de retorno sobre a enunciação?

Os textos de Benveniste, atribuídos *a posteriori* por leitores de sua obra à chamada Teoria da Enunciação, não formam um conjunto homogêneo, porque cada um apresenta uma reflexão singular no conjunto da obra (FLORES, 2011). Embora cada texto benvenistiano carregue uma proposta singular, destacamos, conforme argumentação de Silva (2011), pontos que consideramos transversais ao conjunto da obra, quais sejam: reflexão sobre a natureza articulada da linguagem, discussão sobre a significância, tratamento da intersubjetividade e consideração da interdependência forma-sentido em todos os níveis da língua por meio das relações constituintes, distribucionais e integrativas.

O argumento de Benveniste de que o emprego da língua é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, op. cit., p. 82) possibilita-nos conceber o linguista enunciativo como um analista que precisa “olhar” para o mecanismo total e constante em jogo na língua em emprego, ou seja, em jogo na enunciação. Vemos, pela reflexão do au-

tor, que ele busca promover um deslocamento teórico-metodológico do linguista que descreve o emprego das formas para o linguista-analista que descreve/explica o emprego da língua, com a consideração dos aspectos implicados nesse emprego. É esse deslocamento que permite a Flores (2011) defender a enunciação não como um nível de análise da língua, mas como transversal aos níveis e unidades que estão em jogo na língua em emprego. Isso porque o discurso, enquanto atualização da língua, “é atravessado pelas marcas da enunciação” (FLORES, 2011, p. 52). Que marcas são essas? Seriam os instrumentos da enunciação, com seus índices específicos e com seus procedimentos acessórios? Deixemos as questões suspensas para respondê-las no decorrer da discussão.

Seguindo essas trilhas, partiremos de “O aparelho formal da enunciação” por esse texto concentrar os pontos de referência mais importantes para a teorização de enunciação (ONO, 2007). A leitura desse texto-síntese nos permite defender que os aspectos da enunciação são interdependentes e complementares. Isso porque os elementos da enunciação delineados no “quadro figurativo” (ato, situação e instrumentos), fenômenos mais focalizados pelo mestre enunciativo no “Aparelho formal da enunciação”, têm coerência teórica e metodológica se pensados em relação com a vocalização da língua, principalmente se o foco da análise incidir sobre fatos enunciativos que supõem a conversão da língua em discurso oral. Além disso, o quadro figu-

rativo prescinde do aspecto operacional da língua, que se relaciona à conversão da língua em discurso e tem como centro a análise da significância (semantização), já que o sentido advém dos “procedimentos pelos quais as formas linguísticas se diversificam e se engendram” (BENVENISTE, op. cit., p. 83).

A discussão que trazemos na introdução deste artigo servirá de ponto de ancoragem para sustentar o “olhar” que lançaremos sobre os fatos enunciativos de linguagem, uma vez que, por meio das reflexões apresentadas, defendemos que *os aspectos da enunciação e os elementos do quadro figurativo são interdependentes e complementares*, pressuposto fundamental para respondermos à pergunta central deste estudo: *Qual o papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios na enunciação e na metaenunciação da criança?*

A seção seguinte procura desenvolver as principais questões acerca da teorização enunciativa benvenistiana já esboçada nesta introdução para, na seção seguinte, refletirmos sobre os fatos enunciativos no quadro figurativo da aquisição da linguagem.

A enunciação e seus aspectos

Nesta seção, delinearemos o ponto de vista que nos guiará para construção da reflexão teórico-enunciativa que estamos propondo desenvolver. Para tanto, nosso ponto de partida, como já anunciado, é o artigo “O aparelho formal da enunciação”

(1970/1989), em torno do qual articularemos os conceitos fundamentais da teoria enunciativa benvenistiana, especialmente os que se ligam aos *aspectos da enunciação* – vocalização, semantização e quadro formal – concentrando-se neste último aspecto e em seus elementos. Quando necessário, recorreremos aos demais artigos do linguista.

O primeiro aspecto da enunciação diz respeito à realização vocal da língua. Para Benveniste (1970/1989, p. 83), existe uma diversidade de situações em que se produz a enunciação. Além disso, os sons sempre procedem de atos individuais, portanto, “para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente” (p. 83). Aqui, o linguista chama a atenção para o estudo do aspecto fônico no processo de aquisição, de difusão e de alteração, ressaltando que “os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados dentro do quadro de um idioma ou nas suas manifestações gerais [...] procedem sempre de atos individuais que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala” (p. 82).

Como nosso estudo situa-se no campo da oralidade, convém destacar que Benveniste discorre sobre o primeiro aspecto, o vocal, em muitos textos dos *PLG I* e *PLG II*, como vemos na seguinte passagem de “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”:

a linguagem é um sistema simbólico especial, organizado em dois planos. De um lado é um fato físico: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do apare-

lho auditivo para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua “evocação” (BENVENISTE, 1963/1995, p. 30).

Em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste destaca que o significante não é apenas uma sequência de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado. Vemos aqui o autor chamar a atenção para a relação forma-sentido como constitutiva do aspecto vocal.

Ainda em relação à enunciação, outro aspecto possível de ser estudado é o mecanismo da enunciação, ou seja, a conversão individual da língua em discurso. Trata-se de entender como o sentido se forma em palavras, o que autor denomina de “semantização da língua” (BENVENISTE, 1963/1995, p. 83). E aqui precisamente Benveniste traz o termo procedimentos, que será retomado no terceiro aspecto – o quadro figurativo – ligado aos instrumentos da enunciação. Nesse aspecto, considera procedimentos como a diversificação e o engendramento de formas para a produção de sentidos.

O último aspecto proposto por Benveniste é a definição da enunciação no quadro formal da sua realização. De maneira geral, trata-se de “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 1963/1995, p. 83).

Desses três aspectos, o mestre enunciativo procura concentrar-se no último “o quadro formal de realização da enunciação, considerando, sucessivamente: a) o próprio ato; b) as situações em que ele se realiza; c) os instrumentos de sua realização”. No que diz respeito ao próprio ato, introduz o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. É o locutor que, ao mobilizar a língua, faz com que ela passe de uma “possibilidade de língua” à realização, que é a própria realidade de discurso. O ato de enunciação está necessariamente ligado ao fato de que o locutor instaura o outro no discurso; independentemente do grau de presença do outro, toda enunciação pode ser considerada uma alocução.

No que diz respeito às situações em que o ato se realiza, é preciso considerar que, de acordo com Benveniste, “a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (1963/1995, p. 84). O que mobiliza o locutor a se apropriar da língua para enunciar é a necessidade de referir pelo discurso para o outro da sua alocução. O alocutário também se encontra mobilizado pela possibilidade de correferir no discurso. A criação de referência é, nas palavras do autor, “parte integrante da enunciação” (1963/1995., p. 84). Esta referência é criada pelo próprio ato de enunciação, visto que, através dele, o locutor instaura um centro de referência interno, que é manifestado através de “formas específicas cuja função é a de colocar o locutor em relação cons-

tante e necessária com sua enunciação” (1963/1995, p. 84).

No que tange aos instrumentos da realização do ato, primeiramente destacam-se os índices de pessoa (*eu-tu*) que se instauram somente na e pela enunciação; índices de ostensão (este, aqui) e indivíduos linguísticos (pronomes pessoais e demonstrativos) e as formas temporais, cujo paradigma completo se determina em relação a “eu” que é o centro da enunciação. Os índices mencionados são o que Benveniste denomina de indicadores de subjetividade, ou seja, formas linguísticas que, na conversão da língua em discurso, remetem à enunciação. Além dessas formas, Benveniste destaca as grandes funções sintáticas, uma vez que, desde que se declara como locutor para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele (locutor) dispõe de um aparelho de funções (interrogação, intimação, asserção e as modalidades formais), questão que retomaremos mais adiante.

Se considerarmos o título do artigo “Aparelho formal da enunciação” em relação com a passagem em que o próprio autor destaca o termo *apropriação* para argumentar que o “o locutor se apropria do aparelho formal da língua” e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro, podemos concluir que “o aparelho formal da enunciação” está na língua e que enunciar é, para o locutor, apropriar-se das formas da língua e das formas

específicas da enunciação, que estão na língua, para, a partir disso, configurar a sua enunciação. Outra conclusão que podemos derivar desse jogo de expressões “aparelho formal da língua” e “aparelho formal da enunciação” é a de que a língua, ao comportar a possibilidade de enunciação por conter formas próprias para tal (aparelho formal da enunciação), é o que garante o acesso do locutor a ela para convertê-la em discurso. Nesse caso, o aparelho formal da enunciação é o que possibilita ao locutor fazer a passagem para o aparelho formal da língua. Seguindo essa reflexão, consideramos que a língua comporta um aparelho da enunciação, e o discurso, como produto da enunciação, contém a língua que é própria de cada locutor, isso justificaria a superposição língua-discurso, expressão que fecha a reflexão do texto “A forma e o sentido na linguagem”.

Da passagem destacada no início do parágrafo, a grande questão que formulamos com Aresi (2011, p. 270) é a seguinte: o que são os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação? Aresi, ao mapear a obra de Benveniste, procura verificar como o autor distingue “índice” e “procedimento”. A partir desse mapeamento, conclui que os índices específicos

são aqueles mesmos índices presentes na reflexão de Benveniste desde a década de 40 e 50. São as formas específicas das categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, reveladas na e pela enunciação, e responsáveis por assegurar a *referência* (eis aqui o sentido de indicar) enquanto condição necessária da enunciação (referência ao ato e à situação de enunciação) (2011, p. 272).

Ao interrogar “quais são os *procedimentos acessórios* da enunciação?”, Aresi (2011) busca responder à pergunta, mapeando termos e conceitos. Nessa busca, discute, inclusive, o uso do termo acessório como ligado a procedimento e como remetendo a um sentido, inclusive presente no Dicionário *Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 31), como algo secundário, dispensável. No entanto, o autor defende que tanto os índices específicos quanto os procedimentos acessórios são necessários à enunciação se se considera a articulação entre semiótico e semântico, noções tão tematizadas no artigo “A forma e o sentido na linguagem”.² Isso porque defende que tanto nos índices específicos quanto nos procedimentos acessórios há algo de repetível (aspecto semiótico) e algo de irrepetível (aspecto semântico) a cada enunciação. Assim, tais noções são articuladoras por possibilitarem a passagem do semiótico ao semântico, isto é, por permitirem a atualização da língua em discurso.

Interessante observar que o *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 1999, p. 30), ao registrar a origem etimológica do termo “acessório” como vinculado ao termo latino “*accessus*”, que significa “acesso”, “alcance”, parece-nos encaminhar para outra argumentação: os procedimentos acessórios justamente marcam o acesso que possibilita o enlace entre forma e sentido. Tudo isso decorre do fato de que os índices específicos ou formas específicas da enunciação (pessoa, tempo

e espaço) somente podem apresentar-se no discurso via procedimentos, como, por exemplo, por meio do engendramento de formas (questão ligada ao aspecto da semantização-sintagmatização) e por meio do aparelho de funções (questão ligada ao quadro figurativo).

Ora, se os instrumentos comportam o “aparelho formal da enunciação”, que, por sua vez, é constituído por formas e funções e, se os índices específicos vinculam-se às formas específicas, também é possível relacionar o aparelho de funções aos procedimentos acessórios e atrelados ao “aparelho formal da enunciação”. Vale lembrar que, para distinguir uma função de outra, Benveniste recorre ao aspecto vocal, pois argumenta que “todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação” (BENVENISTE, op. cit., p. 86). De modo análogo, também chama a atenção para o fato de que “em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” (op. cit., p. 86). Tais questões corroboram nosso argumento de que os aspectos não podem ser tratados separadamente.

Nesse sentido, consideramos que tanto os índices específicos ou as formas específicas, cuja função é a de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação, quanto os procedimentos acessórios, que fornecem as condições necessárias à enunciação,

estão ligados à necessidade de o locutor referir pelo discurso para possibilitar ao outro correferir. Nessa linha, defendemos que, assim como ato, situação e instrumentos são elementos indissociáveis na enunciação, os índices específicos e os procedimentos acessórios são instrumentos necessários para a utilização individual da língua pelo locutor, que dela se apropria para implantar o outro (ato) e referir a realidade de discurso (situação). Nessa realização, o quadro figurativo, como um dos aspectos da enunciação, está necessariamente vinculado aos demais.

Na seção seguinte, refletiremos acerca do quadro figurativo, com as noções de ato e referência para, na sequência, tratarmos dos instrumentos, conforme reflexão iniciada nesta seção, para, na seguinte, discutirmos sobre o papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios na enunciação e na metaenunciação da criança no ato de aquisição da linguagem.

O quadro figurativo da enunciação: ato e referência

Nossa proposta neste item é a de trazer o quadro figurativo da enunciação de Émile Benveniste, vinculando-o à noção de ato e de referência para configurar o que nomeamos como estrutura enunciativa *eu-tu-ele*.

Ao definir a enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (1970/1989,

p. 82), Benveniste passa a destacar o ato, que é tomado como objeto de seu estudo enunciativo. Esse ato coloca o locutor como parâmetro das condições necessárias da enunciação, já que antes da enunciação a língua é somente possibilidade, depois da enunciação, é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e suscita outra enunciação de retorno. Eis o aspecto vocal da enunciação associado à inversibilidade das pessoas no discurso, ao diálogo enunciativo e à intersubjetividade, pois, como destacamos das palavras do autor, desde que se declara locutor e assume a língua, ele (locutor) implanta o “outro” diante de si, qualquer que seja o grau de presença que atribua a esse outro. E aqui Benveniste parece colocar em cena o complexo jogo de pessoas no discurso, tão estudadas por ele em outros textos, principalmente em “A natureza dos pronomes” e em “Da subjetividade na linguagem”.

A “subjetividade” de que trata Benveniste (1958/1995, p. 286) é justamente “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”, já que é <“ego” quem diz “ego”> (p. 260).³ Ao mesmo tempo, “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém que será na minha locução um *tu*” (p. 286). A constituição dessa *intersubjetividade*⁴, que consideramos como linguístico-enunciativa, pode ser melhor refletida nas próprias palavras do autor:

Essa condição de *diálogo* é que é constitutiva de *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que *eu* me torne *tu* na locução daquele que por sua vez se designa por *eu*. Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu* (BENVENISTE, 1958/1995, p. 286).

É no discurso que a linguagem atualiza o seu caráter intersubjetivo e singular, pois o ato que enuncia “eu” e constitui “tu” é sempre novo e realiza, a cada vez, a inscrição das pessoas do discurso em um momento novo do tempo e em circunstâncias diferentes. Enquanto pessoas linguísticas, “eu” e “tu” estabelecem a intersubjetividade na enunciação e, ao se constituírem no ato, criam um centro de referência interno a cada discurso. Essa relação intersubjetiva produtora de referência emerge em cada manifestação da enunciação, que é o discurso enunciado.

Para mostrar como as relações entre as pessoas se organizam, o autor salienta duas correlações: a *correlação de pessoalidade* e a *correlação de subjetividade*. Pela *correlação de pessoalidade*, o teórico mostra que o par *eu-tu* possui a marca de pessoa, enquanto o *ele* é privado desta característica e, por isso, considerado não pessoa. É a inversibilidade que assegura a unicidade de *eu* e *tu* no discurso. Já pela *correlação de subjetividade*, Benveniste mostra que o *eu* se opõe ao *tu*, devido ao *eu* ser interior ao enunciado e exterior a *tu*. Por isso, classifica o *tu*

como a pessoa não subjetiva, em face do traço subjetivo que caracteriza o *eu*. De fato, o que diferencia *eu* de *tu* é, em primeiro lugar, o fato de *eu* ser *interior* ao enunciado e *exterior* a *tu* e, em segundo lugar, por *eu* ser sempre *transcendente* em relação a *tu*, visto ser o responsável pela constituição do *tu* na alocação. Essas características de *interioridade* e de *transcendência* pertencem ao *eu*, invertendo-se ao *tu*, quanto este toma a palavra. Aqui, temos a estrutura de pessoas, constitutiva da enunciação: *eu* (pessoa-subjetiva), responsável por dar existência a outra pessoa – ao *tu* (pessoa não subjetiva) – e ao *ele* (não pessoa do discurso-ausente que se presentifica na enunciação de *eu*, já que é de quem ou do que *eu* fala para um *tu*). Configura-se, assim, a estrutura trinitária da enunciação: *eu-tu-ele*.

A linguagem é para o homem a possibilidade de apropriação da língua para constituir uma realidade de discurso ao mesmo tempo em que este se instancia na condição de pessoa subjetiva. Essa é uma questão fundamental para a aquisição de linguagem por se tratar justamente do fato de a criança estar na linguagem, mas ainda constituindo e sendo constituída pela sua língua materna. Daí reside uma condição bastante específica dessa apropriação da língua de que fala Benveniste, já que se trata de um locutor que está emergindo em sua capacidade de se tornar sujeito.

O ato coloca em jogo o funcionamento intersubjetivo do discurso que neces-

sariamente está em relação com o seu funcionamento referencial. Benveniste (1970/1989) considera que a enunciação expressa certa relação com o mundo. A condição dessa relação é, para o locutor, a necessidade de *referir* pelo discurso e, para o alocutário, a *possibilidade* de correferir. A língua manifestada pela enunciação contém referência a uma situação dada, já que “falar é sempre falar de” (BENVENISTE, 1969/1989, p. 63). Nesse caso, cada instância enunciativa se constitui em um centro de referência próprio, porque relaciona locutor e alocutário no fio de um discurso único e no diálogo particular constitutivo da enunciação, o que faz de cada enunciação uma coenunciação e de cada locutor um colocutor, questões cruciais para o ato de aquisição da linguagem.

Assim, consideramos que a referência, como elemento da estrutura enunciativa, parece ligar-se a não pessoa do discurso (o *ele*). Nesse caso, é uma referência que diz respeito ao mundo do sujeito que emerge a partir de seu discurso, produto e efeito de sua enunciação, pois, como afirma Benveniste, “a forma *ele* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’” (1958/1995, p. 292).

No quadro enunciativo, intersubjetividade e referência estão juntas no ato de apropriação da língua pelo locutor, que engendra o discurso por meio dos instrumentos da enunciação, que estão na língua. Que papel têm os instrumentos no ato de aquisição? Para responder a essa

questão, primeiramente, discutiremos os instrumentos no ato de enunciação no item seguinte.

Os instrumentos: os índices específicos e os procedimentos acessórios

Ao tematizar a presença do locutor em sua enunciação, Benveniste, ao que nos parece, insere, no quadro figurativo da enunciação, o próprio aparelho da enunciação, título do artigo, como vinculado aos instrumentos da enunciação, que, segundo ele, “faz com que cada discurso se constitua como um centro de referência interno” (1958/1995, p. 84), que se manifesta por um jogo de formas específicas cuja função é a de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. A partir disso, o autor passa a tratar dos índices de pessoa, tempo e espaço. Por isso, Aresi (2011, p. 271), após visitar a obra benvenistiana, assinala:

Como podemos ver, tomo nos textos de Benveniste o termo “índice” em estreita correlação com os termos “indicador” e “indicar”. Ora, como os trechos citados acima mostram, a presença desses termos parece estar relacionada indistintamente aos mesmos elementos, a saber, às categorias de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço*.

Complementando a reflexão acerca dos instrumentos, Benveniste (1970/1989) comenta que, além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições às grandes funções sintáticas, as quais se ligam, ao que nos

parece, “aos procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (p. 83). Novamente, vemos o autor engendrando um aspecto (o mecanismo da produção/semantização) a outro (o quadro figurativo) por meio dos instrumentos, que estão vinculados aos procedimentos acessórios, já que o sentido de um discurso se realiza pela escolha de formas, “por sua organização e pela ação que exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 1966/1989, p. 230). Os procedimentos permitem a passagem da semantização à sintagmatização, conforme argumenta Mello (2012).

Para sintagmatizar as formas no seu discurso e produzir sentido ao seu alocutário, o locutor dispõe de um aparelho de funções, porque, desde o momento que se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele (locutor) se vale desse aparelho. Incluída em tal mecanismo encontra-se a interrogação, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo de comportamento com dupla entrada. Na intimação, aparecem ordens e apelos, marcados pelo imperativo, implicando uma relação imediata do locutor ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação. Outra forma tratada é a asserção, que visa a comunicar uma certeza. De modo mais amplo, ele traz as modalidades, umas pertencentes aos verbos, como os “modos” (optativo, subjuntivo), que enunciam as atitudes do locutor do ân-

gulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão) e outras ao que chama de fraseologia (“talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”), que indicam incerteza, possibilidade, indecisão etc.

Assim, a realização vocal da língua põe em cena a singularidade da enunciação, que é única a cada vez que um locutor oraliza a língua para o outro, por meio de índices e de procedimentos acessórios. Além do aspecto vocal, a semantização da língua, cujo centro é a conversão da língua em discurso, com a verificação do modo como sentido se forma em “palavras” e dos procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram, possibilita-nos relacionar os procedimentos acessórios a esse mecanismo de escolha, de diversificação e de engendramento das formas da língua, que, a nosso ver, encontram ancoragem nas grandes funções sintáticas de interrogação, de intimação e de asserção.

Essa questão será explorada nos fatos enunciativos da criança em sua relação com o outro, pois, mesmo sem se apropriar das formas da língua, já que está em processo de aquisição, acreditamos que a criança parece sustentar seu apelo ao outro via entonação, marcando ora um sentido interrogativo para suscitar a resposta do outro via elementos do aspecto vocal (prosódia, entonação e ritmo), ora incitando o outro à ação via um sentido por vezes de intimação, por outras de de asserção. De modo análogo, parece ser “capturada” pelo discurso do outro devido às marcas entonacionais

desse discurso, que busca fazer com que ela preencha um lugar enunciativo, respondendo a perguntas, agindo a partir de ordens etc. Portanto, os procedimentos acessórios parecem constituir-se em um mecanismo da linguagem de acesso à língua pela criança e se tornam, no ato de aquisição, um “aspecto da enunciação” necessário para que a língua aí possa emergir. Resgata-se, assim, na aquisição, a noção etimológica de acesso do termo acessório. Nesse sentido, a *grande questão que estamos defendendo é a de que os procedimentos acessórios dos instrumentos da enunciação, vinculados às funções sintáticas com seus recursos prosódicos, funcionam, no ato de aquisição, como um mecanismo primordial de acesso à língua pela criança.*

Jerusalinsky (2009, p. 106), em sua tese de doutorado, argumenta que é “fundamental que tal prosódia convocante esteja articulada a uma alternância sustentada pela mãe ao dirigir-se ao bebê para que se produza o enlaçamento do bebê no ato da enunciação”, argumento que consideramos fundamental para pensar o modo como a criança é convocada a preencher seu lugar de enunciação e convoca o outro a se instanciar, quando ainda lhe faltam as formas da língua para se apropriar. Nesse caso, são os procedimentos acessórios os elementos necessários para a criança ser encontrada pela língua e, ao mesmo tempo, encontrá-la. Ou seja, é a via de acesso que se estabelece na comunicação intersubjetiva. Por isso, o sentido etimológico

de “acessório” como *accessus* (acesso) permite-nos pensar os procedimentos acessórios como elementos primordiais no ato de aquisição da linguagem, questão a ser tratada na seção adiante.

Ao retomarmos a proposta de Silva (2007, 2009) e a concepção de ordenação lógica da aquisição (não cronológica), consideramos que a criança parece se valer, inicialmente, de procedimentos acessórios (as grandes funções sintáticas) para se situar em sua enunciação e marcar a sua relação com o outro, convocando-o a atribuir sentido às suas formas enunciativas, que ainda não são aparentes para o outro porque comunicam “algo”, mas ainda estão movimentando-se para a significação da língua. É o movimento do semântico para o semiótico, o que insere a semantização da língua como um dos aspectos centrais do ato de aquisição.

Como salienta o mestre enunciativo, “à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar” (BENVENISTE, 1966/1989, p. 222). É buscando significar seu ato enunciativo que o locutor-criança vai se apropriando da língua em uma estrutura enunciativa *eu-tu-ele* na qual se encontra imerso.

Por isso, consideramos que locutores, referência e instrumentos estão interligados em todo ato enunciativo e, consequentemente, no ato enunciativo de aquisição da linguagem, questões de que nos dedicaremos na seção seguinte.

O papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios no ato de aquisição

Desde o primeiro momento, a mãe fala ao bebê, esperando encontrar, com a sua voz e com o seu olhar, um sujeito falante. É neste lugar que se atualizam os primeiros sons da criança, que, embora não discriminados, colocam em jogo a *intersubjetividade* constitutiva da natureza da linguagem, porque, desde o balbucio da criança, alguém toma essa produção como um dizer.

E aqui começam a nascer as diferenças que instanciam os sentidos e, com isso, a semantização da língua em jogo na aquisição. Assim, entendemos que, para adquirir a linguagem, a criança necessita de um “outro” que a torne *sujeito* dessa aquisição. Através desse “outro”, inicia um longo caminho para encontrar a língua, enquanto laço social e simbólico, o que lhe permitirá viver, pois, com Benveniste (1966/1989, p. 222), acreditamos que “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*”. Quando esse autor afirma que “qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas (que) ela não existe no sentido mais literal, desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos” (BENVENISTE, 1968/1989, p. 20), destaca aí o caráter social de uma língua, concebida por ele mesmo como consenso coletivo. Reitera ainda que, quando a

criança aprende uma língua, o processo parece tão instintivo, tão natural como o crescimento físico dos seres ou vegetais, mas, para ele, “o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade “natural”, é o mundo do homem” (p. 20-21).

Considerando o aspecto vocal da língua em sua realização, concebemos com Benveniste (1962/1995) que a frase é a própria vida da linguagem em ação, pois apresenta marcas que implicam uma relação necessária ao tempo da enunciação. Nesse caso, as modalidades da frase (interrogação, intimação e asserção) ou as funções sintáticas do aparelho de funções, enquanto procedimentos acessórios, são elementos fundamentais que mostram o “homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor” (p. 139).

O aspecto vocal da enunciação com seus instrumentos pode ser também refletido à luz das contribuições de Chacon (1998) sobre o papel do ritmo no ato de enunciação. O autor argumenta que ritmo e sentido (bem como sua relação) são fatos que existem e se instituem *na* linguagem enquanto atividade do locutor. A produção de sentidos, portanto, faz com que, num mesmo processo, ritmo, sentido e locutores constituam-se simultaneamente e de modo inter-relacionado, fazendo com que, na atividade enunciativa, a língua se coloque à mostra, através do trabalho rítmico-semântico que o locutor faz de selecionar e combinar unidades linguísticas num processo de sintagmatização da língua no discurso.

É nesse sentido que consideramos haver uma relação de dependência do sentido a essa ordenação suprasegmental da linguagem, assegurada pelo ritmo e pela entonação, elementos que, no nosso ponto de vista, são constitutivos dos procedimentos acessórios do aspecto vocal da enunciação e primordiais na relação intersubjetiva do ato de aquisição da linguagem. Nesse aspecto vocal da enunciação, estão os elementos suprasegmentais que parecem assegurar a sintagmatização do discurso e as funções sintáticas que realizam. Isso permitirá que o suprasegmental (a prosódia, com o ritmo e com a entonação) estabeleça uma sintaxe da enunciação mesmo quando os elementos segmentais estão sendo constituídos, o que ocorre no processo de aquisição da linguagem.

O papel desses procedimentos acessórios e sua relação com os índices específicos nos fatos enunciativos de aquisição da linguagem serão objeto de análise nos próximos itens.

O papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios na enunciação da criança

Antes de querer significar o mundo ou correferir pelo discurso, o que é relevante para a criança, de início, parece ser essa relação prazerosa com os sons a que se entrega diante da sustentação do outro. Com isso, carrega o *tu* em seu

apelo e instaura a “falta” de si próprio na sua presença mesma. Já o outro, o *tu* da relação interlocutória, na temporalidade do discurso, aceita a presença desse uso de linguagem como demanda de significação, tomando a fala da criança como instância de referência e possibilitando, enquanto *tu* da partilha, a correferir no discurso. O movimento interpretativo do adulto põe em cena novas relações num jogo de ressignificação. Se há algo que caracteriza a fala das mães dirigida à criança, esse algo está na prosódia, entonação, ritmo e musicalidade, elementos que, para usar termos benvenistianos, são constitutivos das funções sintáticas de asserção, de interrogação e de intimação.

Quando Silva (2007, 2009) coloca em um primeiro momento lógico de aquisição a consideração de um mecanismo enunciativo intersubjetivo de aquisição como necessário para o preenchimento de um lugar enunciativo, insere nesse mecanismo as relações de conjunção e de disjunção. Na relação de conjunção, o caráter de *pessoa* implica a constituição mútua de *eu* e de *tu*. Na relação de disjunção, o *eu* institui o *tu*, rompendo a unidade da relação *eu-tu* e constituindo-se como *pessoa subjetiva* em oposição a *tu*, *pessoa não-subjetiva*. Com esse primeiro mecanismo, a autora ilustra os movimentos da criança na estrutura enunciativa, em primeiro lugar, evidenciando as operações de conjunção, em segundo, as de disjunção.

Nesse sentido, uma teoria enunciativa da aquisição da linguagem coloca como primeiro ponto a observar o complexo mecanismo de conjunção/disjunção entre *eu* e *tu*, em que as figuras enunciativas inversíveis da alocação têm como característica maior estruturarem-se a partir das operações de antecipação de um lugar para a criança na estrutura da enunciação. Tal antecipação contém respostas possíveis a ela. Neste estudo, a complexidade dessa operação será abordada com a consideração dos instrumentos da enunciação, seus índices específicos e seus procedimentos acessórios. Na primeira operação destacada por Silva (2007, 2009), a criança faz a *passagem de um preenchimento de lugar enunciativo a partir do outro para o reconhecimento do efeito que esse lugar preenchido provoca no outro*. De convocada pelo outro, a criança passa a convocar o outro. As questões que formulamos aqui são: como a criança é convocada? Como convoca o outro?

A passagem de convocada à convocação do outro (primeira operação) permite à criança movimentar-se em mais duas operações: a de referência e a de instauração de sua representação na língua-discurso como sujeito enunciativo e a constituição de uma enunciação dupla (discurso relatado). Na primeira, como já enunciado, ocorre a passagem do preenchimento de lugar enunciativo a partir do outro para o reconhecimento do efeito que esse lugar provoca no outro; na segunda, a passagem da referência

mostrada para a referência constituída no discurso e, na terceira, a passagem de um uso discursivo da linguagem para um uso em que a enunciação constitui outra enunciação.

Nesse item, mostraremos, principalmente, o papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios nas duas primeiras operações para, no item seguinte, tratarmos desse papel especialmente na segunda operação, quando

será discutida a metaenunciação no ato de aquisição da linguagem.

Tomaremos alguns recortes enunciativos de uma criança, Francisca, acompanhada longitudinalmente dos 11 meses aos três anos e quatro meses para, a partir deles, pontuar algumas questões ligadas ao papel dos instrumentos da enunciação no ato de aquisição da linguagem. Vejamos o primeiro recorte enunciativo.

- | | |
|---------------------|---|
| Participantes: | MÃE; CAR (tia, filmando) |
| Data da entrevista: | 15-09-2001 |
| Idade da criança: | 0;11.10 |
| Situação: | a MÃE está dando banho em FRA. |
| 1. | MÃE: que banho gotoso! [= risos] |
| 2. | CAR: [= risos] |
| 3. | MÃE: tu não vai conversá neste banho? |
| 4. | FRA: táa
(...) |
| 5. | Com: FRA começa a chorar e a MÃE começa a jogar-lhe água. |
| 6. | MÃE: tá frio, tá frio, tá... |
| 7. | Com: FRA bate com as mãos na água. |
| 8. | FRA: tá, tá. |

Quadro 1 - Recorte enunciativo 1⁵

Vemos nesse primeiro recorte que a criança está na dependência do dizer do outro. É o adulto que fala, no sentido próprio da palavra. A criança, tomada como ponto de referência, mesmo em conjunção com o outro, ocupa um lugar na estrutura enunciativa (aspecto disjunto da díade *eu/tu*), por meio de respostas (linhas 4 e 8) a enunciações da mãe (linhas 3 e 6), que se apresentam com distintos procedimentos acessórios. Em um caso, linha 3, a mãe, ao colocar-se como *eu* e implantar a criança como *tu*, endereça-lhe uma interrogação, marcada por

elementos prosódicos (entonação e ritmo), convocando a criança, via inversibilidade enunciativa, a enunciar. Já no segundo caso, temos repetições na sintagmatização do discurso da mãe, que lhe confere certo ritmo para, em seguida, marcar o silêncio por meio de reticências, conforme mostra a transcrição. Com isso, busca novamente enlaçar enunciativamente o outro, a criança, que volta a preencher o seu espaço de enunciação, linha 8, com formas da língua que têm disponíveis para se apropriar e enunciar “tá, tá”. As enunciações desse recorte constituem-

-se via procedimentos acessórios, pois, mesmo que a mãe se aproprie dos índices específicos para constituir a criança como “tu” (“tu não vai conversá nesse banho?”), vemos que a interrogação, enquanto procedimento acessório, tem um efeito sobre a criança, suscitando a sua resposta. De modo análogo as repetições “tá frio, tá frio” presentificam o aspecto vocal da enunciação da mãe para a criança e, por meio de asserções, seguidas do silêncio, buscam fazer com que a criança preencha seu lugar enunciativo.

Acerca disso, Jerusalinsky (2009) chama a atenção para o fato de que a fala da mãe dirigida ao seu bebê tem na prosódia, por meio de um amplo uso da musicalidade que acompanha o seu dizer, os elementos que marcam a convocação da criança para produzir vocalizações. E complementa: “Quando a mãe silencia, dando espaço para que advenha a fonação do bebê sustentando para ele a matriz dialógica –, o bebê produz ali suas vocalizações que se dirigem ao outro, que comparecem no intervalo, nessa brecha que o outro sustenta para ele” (p. 106). Isso, para a autora, configura um comportamento de “vezamento”, que, segundo nossa proposta teórica, relaciona-se à inversibilidade enunciativa própria das pessoas em jogo no ato de enunciação. Vemos, nas palavras da autora, o papel fundamental das operações de conjunção/disjunção vinculadas ao aspecto vocal e marcadas nas fonações da mãe e da criança por elementos suprasegmentais. Na enunciação da mãe,

os elementos suprasegmentais parecem garantir a sintagmatização dos segmentos (fonemas, morfemas, palavras etc.), marcando a função e o sentido de suas enunciações, se expectativa, se surpresa, se satisfação, por meio de interrogações, intimações, asserções, exclamações etc. e, com isso, convocando a criança a preencher seu espaço de enunciação. Já a vocalização da criança é assegurada, de início, pelo suprasegmental para garantir ali o lugar onde irão se presentificar os segmentos de sua língua materna. Esses elementos suprasegmentais, por meio da prosódia, ritmo e entonação, marcam, no nosso entender, o modo como a criança assegura via procedimentos acessórios a convocação do outro, por meio também de protointerrogações, protoasserções, protointimações...

Assim, os procedimentos acessórios são a via de acesso ao aparelho formal da língua e aos índices específicos da enunciação. Parece-nos, nesse caso, que, nesse momento lógico de aquisição, os procedimentos acessórios e os índices específicos misturam-se na intersubjetividade enunciativa que se instancia entre criança e outro. E aqui o termo convocação por meio da voz, da vocalização, recebe um estatuto importante de enlçamento criança-outro, como vemos na interessante reflexão de Jerusalinsky:

Vale a pena recordar que a palavra *voz* está etimologicamente relacionada com o termo *vox* do latim, que significa tanto vocalizar na língua quanto produzir um chamado. Daí os termos *invocação*, que implica chamar os deuses; *evocação*, que implica chamar à lembrança; ou *convocação*, que implica chamar

entre pares. Enquanto o termo *phone*, do grego, do qual se derivam *fonação*, *afonia*, *disfonia*, *cacofonia*, refere-se especificamente à produção do som, o termo *voz* pressupõe que a produção sonora seja tomada como chamado. Nessa direção, podemos dizer que é a mãe que "dá a voz" ao bebê ao tomar suas fonações como um chamado. Se a mãe toma o grito do bebê apenas como um som, teremos ali apenas a dimensão da *phone*, mas não a da *vox* (2009, p. 106-107).

Do ponto de vista da enunciação, essa dependência da criança à voz do outro comporta uma lógica que pode receber a seguinte formulação: o *eu* do processo de aquisição da linguagem é alvo de *X*, dizer proveniente do outro, em que *X* é simultaneamente: a) constituído por elementos sintagmatizados por meio de procedimentos acessórios da enunciação que comportam índices específicos de pessoa, tempo e espaço para implantar a criança como *tu* e convocá-la a se apropriar, na inversibilidade enunciativa, das formas e funções da língua, enquanto *eu* de sua enunciação; b) um enunciado

"adaptado", ao nível vocal-semântico, a certa suposição do locutário (adulto) acerca da manifestação de seu locutor (criança).

No segundo recorte enunciativo que passamos a analisar, percebemos outro movimento operado pela criança, que, para instanciar referência e convocar o outro da sua alocação, recorre, principalmente, à função sintática da interrogação, enquanto procedimento enunciativo, buscando suscitar a resposta e a ação do outro, que se vale desse procedimento da criança para repetir a enunciação da criança via o procedimento acessório da asserção. Por meio desse procedimento, o outro da alocação da criança procura integrar segmentos/formas da língua que faltam no enunciado da criança. Novamente, os procedimentos acessórios parecem, por meio da intersubjetividade enunciativa, garantir o acesso da criança ao aparelho formal da língua.

Participantes: CAR (tia, filmando) e AVÓ

Data da entrevista: 02-11-2002

Idade da criança: 2;00.28

Situação: FRA brinca de cozinhar em sua casa, interagindo com a avó.

1. FRA: qué mais? @ qué mais? [= faz de conta que coloca mais alimento na panela]
2. AVÓ: tem qui comê mais?
3. FRA: tem
4. AVÓ: tem? Ai meu Deus! Tô cheia já @ bom [= faz de conta que come]
5. FRA: qué mais?
6. AVÓ: qué
7. com: a avó pega uma colher e faz de conta que come
8. FRA: qué moçá @ qué?
9. AVÓ: ãh?
10. FRA: qué almoçá mãe? [CAR interpreta a interrogação de FRA]
11. AVÓ: qué almoçá? Queru
12. FRA: qué afé?
13. AVÓ: queru café? Queru almoçá também

Quadro 2 - Recorte enunciativo 2

A conjunção criança-outro, marcada pela díade *eu-tu*, encaminha a criança a preencher um lugar na estrutura enunciativa, como vimos no recorte enunciativo 1, lugar em que o seu alocutário, ao se declarar como locutor, a constitui como um *locutor que enuncia*. No interior da operação de intersubjetividade, além da conjunção *eu-tu* (dependência da criança ao discurso do outro) simultaneamente aparece o movimento de disjunção, visto que, se a relação *eu-tu* é caracterizada pelo traço de pessoa comum a *eu* e a *tu*, a relação *eu/tu* é marcada pelo traço pessoa subjetiva de *eu* em oposição à pessoa não subjetiva de *tu*. O movimento de disjunção, também fundamental no ato de aquisição, aponta para a separação criança-outro, uma vez que, por meio desse movimento realizado com o alocutário (*eu/tu*), a criança tem a possibilidade de realizar o seu ato de inscrição subjetiva na *linguagem*, ao se responsabilizar pela constituição de si e do outro na enunciação, caso contrário permanecerá alienada ao discurso do outro.

Esses dois movimentos estão presentes no segundo recorte enunciativo. Destacamos aqui a disjunção, quando o locutor-criança interroga o outro e o constitui em sua enunciação: “qué mais? qué mais?” (linha 1), “qué mais?” (linha 5) “qué moçá @ qué?” (linha 8), “qué afé?” (linha 12). Nesse recorte, o outro, que está em conjunção e disjunção com o locutor-criança, retoma as enunciações da criança para apresentar outras

enunciações de retorno às interrogações da criança.

Em termos benvenistianos, trata-se aqui da apropriação *da instância enunciativa de pessoa no discurso*, que tem nos índices específicos um dos elementos-chave de definição de um espaço de simbolização, lugar onde a criança pode ver-se como semelhante à outra pessoa de discurso ao mesmo tempo em que se constitui como diferente, porque quando se assume como locutor, é pessoa subjetiva (*eu*).

Inseparável da operação de intersubjetividade, está a de referência, porque a enunciação, ao supor a conversão da língua em discurso (BENVENISTE, 1970/1989, p. 83), aponta para o mecanismo da produção, que é o da verificação de como o sentido se forma em palavras. É esse processo de semantização da língua que colocamos em relevo para pensar os movimentos de constituição de referência no discurso da criança.

Do ponto de vista enunciativo, o segundo recorte enunciativo apresenta movimentos de referência da criança no discurso ligados aos procedimentos acessórios: 1) de sintagmatização de formas para produzir sentidos; 2) das funções sintáticas de interrogações e asserções. Essa sintagmatização está ancorada nos mecanismos de constituição e integração que ocorre via intersubjetividade enunciativa, ou seja, no fio do discurso de “eu” e “tu” que ora interrogam ora asseveram.

De fato, a referência é atualizada no discurso, no ato de aquisição, por meio dos mecanismos de constituição e integração (BENVENISTE, 1962/1995) e por ajustes de *sentido* e de *forma* nas enunciações de *eu* e de *tu*. Nessa lógica, recorrente no recorte enunciativo 2, a criança, em operação de disjunção, constitui-se como locutor para convocar o outro a se enunciar por meio da interrogação. Destacam-se, nesse recorte, os deslocamentos intersubjetivos: locutor-criança/alocutário-avó, colocutor-avó/locutor-avó e locutor-avó/alocutário-criança. Esses deslocamentos intersubjetivos são caracterizados pelo diálogo enunciativo constituído por retomadas interrogativas do locutor-avó, que busca, por meio da dúvida, confirmar a pergunta do locutor-criança. Nesse caso, o discurso do locutor-avó, ao retomar e integrar a pergunta do locutor-criança, faz emergir uma espécie de colocutor na estrutura enunciativa, pois esse discurso revela uma dupla apropriação, da língua e do discurso anterior da criança. É pela apropriação da língua que o locutor-avó também se apropria do discurso da criança para constituir os segmentos que lhe faltam, configurando-se como o locutor que autoriza a enunciação como pertencente à estrutura da língua, como atestam as passagens: FRA: qué moçá? @ qué? (linha 8)/AVÓ: ãh? (linha 9)/ AVÓ? qué almoçá? queru (linha 11)/ FRA: qué afé? (linha 12)/AVÓ: queru café? Queru almoçá também (linha 13). Nesse vai e vem de formas e de sentidos,

a criança, pela língua-discurso, constrói uma semântica particular, produzindo estruturas no uso, que se convertem em formas da língua na relação enunciativa constituída por *eu* e por *tu*. O outro da alocação da criança, na enunciação, ao se valer da significação autorizada pela língua e do sentido possível para aquela situação particular, converte as formas enunciativas da criança em formas da língua. Nesse caso, o locutor-avó retoma o discurso do locutor-criança com a paráfrase da interrogação em um movimento que repete a indagação ao mesmo tempo em que ajusta a forma para se certificar do sentido. Novamente aqui pontuamos o papel dos procedimentos acessórios com suas funções como uma via de acesso à língua por meio da enunciação.

A constituição da referência pela criança está na dependência do movimento de enunciação/coenunciação, já que enunciar é sempre coenunciar; referir é sempre correferir. Nesse caso, a criança, ao se apropriar de formas para atualizar no discurso e produzir sentidos para o outro da alocação, é apropriada pelo discurso do outro na estrutura enunciativa, possibilitando sua instauração no funcionamento de sua língua materna de modo singular. As formas enunciativas do locutor-criança atestam um saber sobre a língua que está em mutabilidade, no entanto essa *mutabilidade* inclui a *ordem da língua* e a *singularidade da enunciação*, o que permite ao outro ajustar a relação forma-sentido. É por aí que o locutor-criança, produzindo os

sentidos com o seu alocutário na enunciação, constitui as formas da língua na sintagmatização do discurso. Trata-se do efeito da enunciação do outro sobre a da criança e do efeito da enunciação da criança sobre a do outro.

Passemos agora do papel dos procedimentos acessórios e dos índices específicos, sobretudo os ligados às pessoas *eu* e *tu*, na enunciação da criança, para o funcionamento que apresentam na metaenunciação da criança, fenômeno que discutiremos no item seguinte.

O papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios para o mecanismo de metaenunciação no ato de aquisição da linguagem

Como dito anteriormente, um dos movimentos enunciativos da criança no ato de aquisição da linguagem diz respeito à passagem de uma referência mostrada a uma referência constituída no discurso. Esse segundo mecanismo enunciativo (SILVA, 2009) envolve a macro-operação da referência. Marcando sua entrada no simbólico, a criança estabelece uma relação entre mundo e discurso ao representar os referentes no mundo por palavras no discurso. Como diz Benveniste (1963/1995, p. 31), “a aquisição da língua é uma experiência que vai de par a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as

coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas”.

A aquisição do nome dos objetos permite que a criança se aproprie da língua para nomear o mundo, marcando sua relação com este através da língua enquanto discurso. Authier-Revuz (1995, p. 510) explica que, ao entrar ao mesmo tempo no mundo e na linguagem, ou no mundo pela linguagem, o sujeito experimenta o caráter absoluto, de forma alguma contingente, que une as coisas e as palavras. Essa reflexão tem base em Benveniste (1956/1995, p. 92), que afirma:

[a linguagem] é aprendida, é coextensiva à aquisição que o homem faz do mundo e da inteligência, com os quais acaba por unificar-se. Segue-se que os princípios desses símbolos e a sua sintaxe não se separam, para ele, das coisas e da experiência que delas adquire; deve tornar-se o seu senhor à medida que as descobre como realidades.

A criança, no momento em que entra simultaneamente na linguagem e no mundo, acredita que os símbolos que designam as coisas são verdadeiramente parte delas, pois, no ponto de vista dos locutores, “há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade” (BENVENISTE, 1969/1995, p. 57).

Estamos tratando aqui da nomeação, ato de associação entre um signo – elemento do sistema – e uma coisa – elemento do mundo – é o que une essas duas ordens irredutíveis (língua e realidade). Como bem explica Authier-Revuz (1995,

p. 517): “Là où le référent n’entre pas dans la définition linguistique du signe, enfermé dans la seule relation significant/signifié, l’acte d’énonciation refait surgir le côté rejeté du ‘triangle sémiotique’, celui qui ‘va’ vers le référent.”⁶ Dessa forma, a nomeação, enquanto ato, só pode ser realizada através de um ato de enunciação.

Assim como na linguagem adulta, a nomeação nem sempre é consensual, o que leva o locutor a negociá-la, o que o faz tomar a própria língua, atualizada em discurso, como referência (ou seja, como aquilo de que se fala). A própria língua, através da faculdade metalinguística, possibilita seu emprego para enunciar sobre si mesma, ou, nas palavras de Benveniste, “criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância” (1969/1989, p. 66). Essa formulação, em conjunto com outras referências à metalinguagem na obra benvenistiana, levaram Stumpf (2010, 2011) a formular o que poderia ser entendido como a propriedade metalinguística no pensamento benvenistiano.⁷

De acordo com a autora (2011, p. 275), pode-se entender a metalinguagem como a propriedade da língua de construir uma referência sobre si própria. Essa propriedade permite que o sujeito se volte sobre a língua, tomando-a como referência e reinterpretando-a. Se Benveniste afirma que “a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (1970/1989,

p. 84), então é possível reformular isso afirmando que, ao mobilizar mecanismos de interpretância, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação consigo mesma.⁸

Nos casos que analisamos a seguir, pode-se perceber que a criança e seu alocutário deparam-se com a língua enquanto materialidade significativa, e precisam reformular a forma ou ajustar o sentido para criar referência e, ao fazerem isso, são levados a tomar a própria língua como objeto. Aqui estamos tratando do reconhecimento e da compreensão de que Benveniste fala a respeito dos modos de significância: “o semiótico (signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO” (BENVENISTE, 1969/1989, p. 66, grifos do autor). No diálogo enunciativo entre a criança e o adulto, em alguns casos, não há reconhecimento da forma utilizada, o que leva à incompreensão e à tentativa posterior de reformulação. Em outros casos, há reconhecimento da forma, mas não há compreensão, o que acarreta reformulações em uma tentativa de ajustar o sentido. Nos recortes seguintes, a criança se depara com a falta de reconhecimento e compreensão da palavra na frase, com o não entendimento da sua palavra por parte do outro ou com o seu não entendimento da palavra do outro. Mais do que a referência em relação ao mundo, está em jogo a referência à própria língua como condição de atualização da referência no discurso.

Como foco da análise aqui empreendida, escolhemos os modos através dos quais a criança emprega tal propriedade da língua e como os índices específicos e os procedimentos acessórios são mobilizados para tal fim. Os dois recortes analisados ilustram as duas situações que mencionamos. No primeiro caso, a criança e o alocutário são levados a fazer

ajustes das formas para que se estabeleça o sentido e, através dessa relação, se constitua a referência na enunciação. No segundo caso, a criança e o adulto utilizam formas reconhecidas nos seus respectivos repertórios linguísticos, mas a criança mostra sua discordância em relação ao sentido que o adulto tenta estabelecer e propõe a sua interpretação.

Participantes: CAR (tia, filmando), AVÓ, FRA (criança)

Data da entrevista: 28/03/2003

Idade da criança: 2;05.23

Situação: FRA está em casa de sua AVÓ, conversando com CAR e AVÓ.

1. Com: CAR sai, vai até o armazém, compra pirulito e volta.
2. CAR: adivinha o que qui a tia trouxe? O que qui a tia trouxe pra Queca lá do armazém?
3. FRA: o quê?
4. CAR: adivinha o que qui a tia trouxe?
5. FRA: ãh?
6. CAR: é
7. FRA: pu que, quem é toxi?
8. CAR: ãh?
9. FRA: quem é toxi?
10. CAR: eu trouxe
11. FRA: dexa eu vê tão
12. CAR: [=risos] adivinha
13. FRA: deixa eu vê vinha
14. CAR: [=risos]
15. FRA: XXX
16. CAR: ãh?
17. FRA: dexa eu vê vinha tia
18. AVÓ: adivinha é o negósiu qui ela pensa que é o nomi
19. CAR: ah tá @ o que qui a tia trouxe?
20. FRA: avinha
21. CAR: [=risos] @ não não é adivinha @ o que qui a tia trouxe? Pensa um pouquinho
22. FRA: quem é a tia trouxe?
23. CAR: não sei, o que qui tu acha?
24. FRA: não sei
25. CAR: não sabi?
26. FRA: [=responde negativamente com a cabeça]
27. CAR: hum
28. Com: CAR entrega um pirulito para FRA, que o chupa.

Quadro 3 - Recorte enunciativo 3

Nesse recorte, podemos perceber que a criança e seu alocutário tentam estabelecer referência através do ajuste das formas. Ao encontrar formas não reconhecidas, a criança retorna sobre o dizer do outro, recortando-as do discurso do alocutário e encaixando-as no seu em tentativas de esclarecimento. CAR inicia o diálogo fazendo uma intimação à criança (linha 2: “adivinha o que qui a tia trouxe? O que qui a tia trouxe pra Queca lá do armazém?”), marcando-se no diálogo como ele (“a tia”) e convocando a criança a responder. FRA responde ao apelo da tia com uma interrogação (linha 3: “o quê?”), que pode ser compreendida tanto como um pedido de reformulação da pergunta da tia quanto como uma pergunta que demanda uma resposta direta do seu alocutário (que, nesse caso, equivaleria a dizer o nome do objeto trazido). CAR reitera seu apelo em forma de interrogação, ao que a criança responde com uma interrogação similar a anterior, indicando que não há entendimento de alguma forma do discurso do seu alocutário. Dada a incompreensão de CAR, a criança faz uma interrogação, recortando dos enunciados anteriores a forma “troxi” e mostrando onde recai a sua incompreensão (linha 7: “pu que, quem é toxi?”). Aqui a criança faz uma operação de constituição/integração da palavra na frase, ao recortar, do discurso do alocutário, a forma aparentemente sem sentido sobre o qual ela se volta. Através dessa operação, a criança dissocia a forma da frase do outro e formula uma questão, produzindo nova frase, com a integração da palavra “troxi”. A

criança, possivelmente acostumada a “tia X, Tia Y”, espera que um nome próprio siga à palavra “tia”, mas indica que “troxi” não pertence ao seu repertório. Sua repetição da interrogação esclarece sua dúvida para o alocutário, que clarifica ao afirmar “eu troxi” (linha 10) e se marcar como pessoa no discurso.

A partir desse entendimento, a criança responde à intimação inicial com outra intimação (linha 11: “dexa eu vê tão”), mas CAR insiste no jogo inicial e continua intimando FRA. Esta, por sua vez, demonstra o desconhecimento da forma “adivinha” e, através do mesmo mecanismo de constituição/integração empregado anteriormente, intima o seu alocutário a mostrar “vinha” (linhas 13 e 17). Novamente a criança parece entender as formas não compreensíveis do discurso do outro como um nome (próprio, no caso de “troxi”, e comum, neste caso). Ao repetir sua intimação, a criança coloca-se como eu no discurso e marca o tu (“tia”), convocando-a a responder. Ao não ser compreendida, a criança conta com o entendimento de outro alocutário presente na cena, que intervém à maneira de um linguista e explica para CAR a hipótese que a criança formula (“vinha” seria o nome do objeto trazido pela tia). CAR continua utilizando formas de interrogação e intimação (linha 21: “não não é adivinha @ o que qui a tia trouxe?”, “Pensa um pouquinho”), mas ao se marcar novamente como ele (“a tia”), a criança volta a indagar sobre a forma não compreendida anteriormente (“quem é a tia trouxe?”). Desconsiderando a incompreensão da sobrinha, CAR

novamente dirige uma interrogação à FRA, dessa vez marcando-a no discurso como alocutário (linha 23: “não sei, o que qui tu acha?”), ao que a criança consegue responder, mesmo que seja para demonstrar seu desconhecimento.

Nesse recorte, percebe-se que a criança e o seu alocutário estão em um jogo enunciativo de intimação, procurando suscitar diferentes reações dos seus interlocutores. A criança, embora pareça ter dificuldade em agir de acordo com as intimações da tia, deixa claro que isso se deve ao fato de seu desconhecimento das formas utilizadas, e não das ações

esperadas, tanto que ela mesma posteriormente utiliza a função de intimação para demandar uma resposta de seu alocutário. É interessante notar que a marcação de CAR no enunciado como ele (“a tia”) parece dificultar a atribuição de referência por parte da criança, que talvez espere que segmentos como “tia X” e “tia Y” indiquem pessoas fora do diálogo enunciativo, possivelmente desconhecidas. Resta-nos hipotetizar se a criança teria entendido o enunciado, caso CAR tivesse se marcado com o índice específico “eu” (“adivinha o que eu trouxe”).

Participantes: CAR (tia, filmando); PAI; MÃE e EDU (irmão de 7 anos)

Data da entrevista 16/12/2002

Idade da criança: 2;2.11

Situação: FRA está em sua casa, conversando com CAR. Depois, vai arrancar capim no pátio com o PAI, com a MÃE e EDU. Após vai para a frente da casa brincar com uma boneca.

1. Com: FRA está na frente da sua casa com CAR e EDU, olhando o papai Noel na sacada de um prédio.
2. CAR: Papai ÉI foi imhora?
3. FRA: foi
4. CAR: qui coisa séria o Papai ÉI saiu da janela
5. FRA: ele pulô
6. CAR: hum ele pulô. Dudu dissí qui ele pulô @ será qui ele não caiu?
7. FRA: seá caiu Papai ÉI? Não sei será caiu?
8. CAR: é, não caiu?
9. FRA: não
10. CAR: não?
11. Com: silêncio
12. FRA: seá caiu lá seá caiu seá caiu XXX lá ó uô uô tia uô
13. CAR: caiu
14. FRA: não, puô
15. CAR: ah ele pulô
16. FRA: é
17. CAR: hum ah ele que pulô, pra ondi qui ele foi então?
18. FRA: puôô
19. CAR: ele puô
20. FRA: é
21. CAR: e foi pra ondi pra ondi ele foi?
22. EDU: e ele foi levá os presentí

Quadro 4 - Recorte enunciativo 4

Palavras finais

Nesse caso, pode-se perceber que não há problemas de reconhecimento da forma linguística, mas sim divergência em relação à nomeação da ação realizada por Papai Noel ao ir embora. Convocada por uma pergunta, FRA inicialmente concorda com o alocutário, mas logo em seguida indica como ela prefere nomear a ação (linha 5: “ele pulô”). Seu alocutário marca incerteza ao usar o procedimento da interrogação “será qui ele não caiu?” (linha 6), marcação também acompanhada por FRA, ao responder ao alocutário com outra pergunta, indicando sua indecisão através da mesma função (interrogação) e forma (“será”) utilizadas anteriormente pelo alocutário. Diante das perguntas de CAR (linhas 8 e 10: “é, não caiu?”, “não?”), que podem ser entendidas como uma intimação para que a criança concorde, FRA ainda mostra incerteza (linha 12: “seá caiu lá seá caiu seá caiu”), mas logo retorna à forma anterior fazendo uma asserção (“lá ó uô uô tia uô”), marcando a diferença entre o sentido imposto pelo alocutário e o seu, reafirmando sua opinião através da asserção (“não, puô”) e reiterando diversas vezes no decorrer do recorte.

Aqui a criança utiliza uma estrutura similar a “não é X, é Y”, marcando a diferença entre a palavra/sentido empregado pelo alocutário e o seu através da repetição de asserções em que enuncia o sentido pretendido. A criança também mostra conhecimento dos procedimentos utilizados para marcar incerteza, ao utilizar-se da função interrogativa e empregar a palavra “será”.

O percurso traçado neste estudo procurou responder às seguintes perguntas: quais os índices específicos e os procedimentos acessórios empregados pela criança em suas enunciações e metaenunciações no ato de aquisição da linguagem? Como a criança os utiliza? Para tanto, foi necessário percorrer a obra de Benveniste, com especial atenção para o texto “O aparelho formal da enunciação” (1970/1989), a fim de argumentar que os aspectos da enunciação (realização vocal, semantização da língua e quadro formal) são interdependentes e complementares. Ora, se o aparelho formal da enunciação é um mecanismo constante e total, e se a enunciação comporta tais aspectos, decorre que eles necessariamente se encontram imbricados na mobilização da língua realizada pelo locutor. De fato, as análises mostram a importância de se levar em consideração, conjuntamente, a realização vocal e os instrumentos de realização da enunciação (um dos aspectos do quadro formal), pois, por meio do ritmo, da entonação e da prosódia do discurso oral, o locutor indica ao seu alocutário tratar-se de uma interrogação, de uma asserção etc. Esses usos possibilitam à criança ser convocada a se inscrever na estrutura enunciativa, mesmo quando ainda não consegue produzir as formas da língua. Da mesma forma, a criança é capaz de empregar entonações particulares, indicando diferentes modalidades, para convocar o

outro a participar do diálogo. Tal relação, como destacamos anteriormente, é de fundamental importância para a constituição da criança enquanto sujeito da/na linguagem. Nos dados analisados, vemos a criança sendo convocada e convocando o outro através do uso de interrogações. Com a sua característica prosódica, essa função sintática possibilita a compreensão do sentido mesmo que as formas não sejam tão aparentes para o outro da sua alocação.

Outro fator relevante é que a realização vocal possibilita o diálogo enunciativo e a inversibilidade de pessoas, garantindo não só a possibilidade de o locutor marcar-se no discurso enquanto “eu” como também instaurar o “alocutário” enquanto “tu”. Os pronomes pessoais, como bem destaca Benveniste (1970/1989), são índices específicos, na medida em que remetem ao locutor como sujeito do discurso e colocam-no em relação com o alocutário, instanciando a intersubjetividade enunciativa. A partir das relações de pessoas (eu-tu) e de pessoa subjetiva (eu) /pessoa não subjetiva (tu), é possível tratar dos mecanismos de conjunção e de disjunção no ato de aquisição da linguagem, propostos por Silva (2009), que consolidam a passagem da criança enquanto dependente das alocações do seu alocutário à criança que se reconhece enquanto separada do outro para se inscrever como sujeito nas relações enunciativas.

Por último, merecem destaques as operações de constituição de referência,

pois marcam a entrada da criança no simbólico e sinalizam a possibilidade de uma recriação discursiva da realidade através da semantização da língua. A semantização da língua é assegurada por meio das operações de constituição e de integração de formas e pelo uso das funções sintáticas. Assim, vemos a criança referindo e correferindo no discurso com o seu alocutário. Podemos perceber também que tal mecanismo pode voltar-se sobre a própria língua, dando lugar às metaenunciações, que marcam o movimento de retorno da criança às enunciações anteriores em busca de um ajuste entre forma e sentido que auxilie na compreensão do seu discurso.

Acreditamos que a interdependência e complementaridade desses aspectos ressonam, nas análises feitas, na tentativa de explicar como a criança e seu alocutário produzem sentidos no fio do discurso de uma maneira mais ampla (ainda que sempre parcial). Ao empreender uma análise enunciativa, o linguista preocupa-se em descrever e explicar o funcionamento da língua como produção de sentidos, aí considerando-se todos os aspectos que entram em jogo. Muito embora se possam separar tais aspectos para fins metodológicos, o linguista não deve perder de vista o fato de que a produção de sentidos deve ser entendida considerando-se o imbricamento entre ato, situação e instrumentos. Apesar de valer para todas as manifestações linguísticas, essas considerações se tornam ainda mais pertinentes em se tratando

do ato de aquisição da linguagem, pois, como percebemos nas análises, a abordagem enunciativa permite tomar as enunciações infantis como instâncias de sentidos e como constituição (inter)subjetiva ainda antes da adequação da forma.

*Le rôle des indices spécifiques et
procédés accessoires dans l'énonciation
et méta-énonciation de l'enfant*

Résumé

Cette étude présente une réflexion énonciative sur l'acquisition du langage fondée sur Benveniste (1989, 1995), Silva (2009) et Stumpf (2010). Plus précisément, on fait une lecture du texte "*L'appareil formel de l'énonciation*" (Benveniste, 1970/1989), en soulignant les aspects de l'énonciation et de sa relation d'interdépendance avec le cadre figuratif. De cela, on se tourne vers l'étude d'acquisition du langage, en essayant d'expliquer comment l'enfant s'approprie la langue et emploie des indices spécifiques et des procédés accessoires dans ses énonciations et méta-énonciations. On conclut que l'analyse menée permet d'expliquer comment l'enfant se déplace dans la structure énonciative, en utilisant, d'une part, les indices spécifiques pour se marquer dans le discours et, d'autre part, les procédés accessoires pour prendre sa place par rapport à son allocutaire.

Mots-clé: Acquisition du langage. Énonciation. Méta-énonciation. Indices spécifiques. Procédés accessoires.

Notas

- ¹ Essas obras serão designadas, no decorrer deste texto, como respectivamente *PLG I* e *PLG II*.
- ² As noções de semiótico e semântico são desenvolvidas nos textos *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1989) e *A semiologia da língua* (1969/1989), nos quais Benveniste procura explicar como a língua significa. Para tanto, o autor postula que a língua possui dois domínios de significação: o semiótico e o semântico. O primeiro diz respeito à língua enquanto sistema de signos e procura dar conta de como o signo linguístico se constitui como unidade em relação aos demais signos. Já o modo semântico diz respeito à maneira específica de significância engendrada pelo discurso, a língua na sua função de produtora de mensagens. O modo semântico traz o conjunto dos referentes e se relaciona com o universo do discurso. Mais tarde, em *O aparelho formal da enunciação* (1970), pode-se perceber que, no raciocínio de Benveniste, ambos os modos de significação encontram-se imbricados na enunciação.
- ³ A passagem é uma tradução do francês <"ego" qui dit "ego"> presente no texto original "De la subjectivité du langage", publicado em 1958 no *Journal de psychologie*, 1958, P.U.F.
- ⁴ Vale lembrar que, quando se fala em intersubjetividade em enunciação, não se está falando em seres empíricos do mundo, mas em seres constituídos no discurso. Essa intersubjetividade é uma representação instanciada no discurso, constituindo o diálogo como um efeito da enunciação. Desse modo, *eu* e *tu* não são tomados como papéis reversíveis no diálogo, mas como instâncias de funcionamento linguístico-discursivo, nas quais os sentidos e as referências são produzidos. Assim, também o sujeito, na perspectiva enunciativa, é aquele marcado no discurso e, por isso, não se confunde com sujeitos de ordem psicológica, psíquica, cognitiva, etc.
- ⁵ Na transcrição, foi adotada a seguinte convenção: um cabeçalho contendo os participantes da situação de enunciação, indicados pelas três letras iniciais do nome. Ainda entre parênteses é explicitado o grau de parentesco com a criança. Os turnos de diálogo são indicados pelas três primeiras letras do nome de cada participante. FRA indica as iniciais da criança estudada (Francisca). Os comentários do transcritor sobre aspectos da situação da enunciação são indicados com a expressão "com". Entre colchetes [], são indicadas ações paralelas à fala e eventos não-linguísticos, como risos. A interrogação indica dúvida do transcritor, a marca @ indica pausa breve e a indicação XXX refere-se a segmentos não compreendidos pelo transcritor.
- ⁶ "lá onde o referente não entra na definição linguística do signo, confinado na única relação significado/significante, o ato de enunciação refaz surgir o lado rejeitado do triângulo semiótico, aquele que 'vai' em direção ao referente" (tradução nossa).

⁷ A metalinguagem é um tema que transpassa a obra de Benveniste, embora não seja objeto de reflexões mais sistemáticas por parte do autor. Entretanto, sua importância pode ser atestada pelo fato de que outros autores do campo enunciativo, como Authier-Revuz (1995) e Catherine Fuchs (1982), referem-se às suas formulações sobre metalinguagem ao elaborar suas reflexões em relação ao tema.

⁸ Não cabe, no escopo do atual trabalho, fazer uma exposição detalhada do trajeto percorrido pelos textos benvenistianos que permitiu propor tal definição. Para tanto, indicamos consultar Stumpf (2010, 2011).

Referências

ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *Revel*, v. 9, n. 16, 2011.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 2005.

BENVENISTE, Émile (1946). Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. (1966). *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. (1956). A natureza dos pronomes. In: _____. (1966). *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. (1958). Da subjetividade na linguagem. In: _____. (1966). *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. (1962). Os níveis da análise linguística. In: _____. (1966). *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. (1963). Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguagem. In: _____. (1966). *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. (1966). A forma e o sentido na linguagem. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1969). A semiologia da língua. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1970). O aparelho formal da enunciação. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1968). Estruturalismo e linguística. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1969). A semiologia da língua. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1956). Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. (1966). In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

CHACON, Lourenço. *No ritmo da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação e os níveis da análise linguística. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIÇÃO E DISCURSO. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JERUSALINSKY, Julieta. Prosódia e enunciação na clínica com bebês. In: _____. *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo*. Tese (Doutorado) - PUC, São Paulo. São Paulo, 2009.

MELLO, Vera Dentée. *A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. Os movimentos enunciativos da criança na linguagem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, VII. *Revista da Abralín*. Jv. eletrônico, n. especial, 2ª parte, 2011.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

STUMPF, Elisa Marchioro. *Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem*. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem. *Acta Scientiarum - Language and Culture*, v. 33, n. 2, 2011.

STUMPF, Elisa M. Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem. *Acta Scientiarum - Language and Culture (On-line)*, v. 33, p. 271-280, 2011.

STUMPF, Elisa M. Saussure e Benveniste: ultrapassagem ou rompimento? *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 8, 2010.